

DA FUNDAMENTAÇÃO DA MATEMÁTICA À FENOMENOLOGIA: A EVOLUÇÃO DO PROBLEMA DO CONHECIMENTO NÃO-INTUITIVO NA PRIMEIRA FILOSOFIA DE HUSSERL

[FROM THE FOUNDATIONS OF MATHEMATICS TO PHENOMENOLOGY: THE EVOLUTION OF THE PROBLEM OF NON-INTUITIVE KNOWLEDGE IN HUSSERL'S EARLY PHILOSOPHY]

Daniel Peluso Guilhermino *
Universidade de São Paulo, USP

RESUMO: De que modo uma filosofia que originalmente se ocupava de problemas de fundamentação da matemática devém uma filosofia da consciência? O objetivo deste artigo é esclarecer essa transformação que se encontra nas origens da fenomenologia de Husserl. Para tanto, orientamos nossas análises pela evolução do problema do conhecimento não-intuitivo nos seus primeiros escritos. Pretende-se, com isso, mostrar que a circunscrição temática da fenomenologia às vivências intencionais da consciência é o corolário do fracasso do primeiro programa filosófico de Husserl de fundamentação do cálculo. Mais precisamente, é a insuficiência da teoria das representações impróprias de atuar como fundamento do programa de aritmetização da análise que motiva Husserl a desenvolver sua própria teoria da representação – esta última responsável por romper com o marco empirista inicial que norteava seus primeiros esforços. Conclui-se indicando que a análise correlativa característica do período das *Investigações Lógicas* em diante é sua alternativa para os impasses dessa abordagem empirista com a qual primeiramente se enfrentou o problema do conhecimento não-intuitivo.

PALAVRAS-CHAVE: Fenomenologia; Representação; Simbolismo; Husserl; Brentano

ABSTRACT: How did a philosophy that originally dealt with problems of foundations in mathematics become a philosophy of consciousness? The purpose of this article is to clarify this development that has occurred in the origins of Husserl's phenomenology. To do so, we orient our analyses by the evolution of the problem of non-intuitive knowledge in his first writings. It is intended to show that the thematic circumscription of phenomenology to the intentional experiences of consciousness is the corollary of the failure of Husserl's first philosophical program of foundation of calculus. More precisely, it is the insufficiency of the theory of improper presentations to act as the basis for the program of arithmetization of analysis that motivates Husserl to develop his own theory of presentation – this one being responsible for breaking with the initial empiricist framework that guided his earlier efforts. We conclude by indicating that the correlative analysis characteristic of the period of *Logical Investigations* onwards is Husserl's alternative to the impasses of this empiricist approach with which the problem of non-intuitive knowledge was first confronted.

KEYWORDS: Phenomenology; Presentation; Symbolism; Husserl; Brentano

Não é exagero afirmar que toda a primeira filosofia de Husserl gira em torno de um único problema: aquele da legitimação do conhecimento não-intuitivo. O *thaumazein* filosófico de Husserl provém do fato de que as conquistas inegáveis das ciências modernas caminharam junto com uma obscuridade em torno do

* *Doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de São Paulo - USP. m@ilto: daniel.guilhermino@usp.br*

seu proceder. Esse proceder era, com efeito, *matemático*, sendo resultado direto da revolução da matemática ocorrida no século XVII cuja marca maior é a autonomia de seu simbolismo. Assim, um discurso que, como o matemático, não opera com *deduções*, mas com *cálculo*, mostrava-se como o fundamento último de toda a ciência – sendo justamente *este* o grande enigma. Isso porque, como diz Husserl, “o cálculo (*Das Rechnen*) é um procedimento cego com símbolos, seguindo regras mecânicas-reproduzidas de transformação e transposição de signos no respectivo algoritmo” (HUSSERL, 1979, p. 7). Ora, o fato de que um procedimento que não lida com as coisas mesmas, mas com símbolos, obtenha êxito na sua aplicação ao domínio dos fatos científicos exige, por si só, uma reflexão filosófica. É essa reflexão o ponto de partida de toda a filosofia de Husserl.

Um único método será admitido para enfrentar esse problema: o recuo paulatino e sistemático das construções simbólicas à sua fonte originária na intuição. Esse método é o que se denomina seu “intuicionismo”. Na sua primeira formulação, apresentada em *Filosofia da Aritmética*, de 1891 (doravante *PA*), o intuicionismo aparece simplesmente como uma extensão do princípio empirista de que todo conhecimento deve prestar contas à experiência. Tal formulação é herdada de Brentano¹, de quem Husserl também herda as vias teóricas de abordagem do problema. Com efeito, é na teoria das representações impróprias de Brentano que Husserl vai primeiramente se ancorar para efetivar esse recuo à intuição. O papel fundamental que essa teoria desempenhou para Husserl pode ser visto numa nota de rodapé de *PA*:

Em suas aulas na universidade, Franz Brentano sempre deu a maior ênfase sobre a distinção entre representações “próprias” e “impróprias”, ou “simbólicas”. A ele eu agradeço a profunda compreensão do eminente significado do representar impróprio para o todo da nossa vida psíquica, o qual, antes dele, na medida do que posso ver, ninguém tinha totalmente apreendido (HUSSERL, 1970, p. 193, nota).

No que segue, vamos nos dedicar à reconstrução do projeto inicial de Husserl em *PA* de enfrentar o problema da legitimação do conhecimento não-intuitivo a partir da teoria das representações impróprias de Brentano. Poderemos ver, então, de que modo a insuficiência de tal teoria permite Husserl lançar as bases de sua própria teoria da representação e, com isso, alterar a formulação mesma da problemática intuicionista. Essa reformulação é que o permitirá ir muito além de seu marco empirista inicial, lançando as bases da “análise correlativa” tão característica à fenomenologia madura.

O artigo está estruturado da seguinte forma:

1) na primeira parte, apresentamos a forma na qual o problema do conhecimento não-intuitivo aparece em *PA* e a solução que se lhe propõe através da teoria das representações impróprias de Brentano. Em seguida, mostramos a insuficiência desta teoria a partir da crise dos imaginários, o que conduz a problemática intuicionista a um impasse. Veremos, ao fim, como esse impasse será responsável pelos primeiros passos de Husserl rumo a uma filosofia da consciência;

2) Na segunda parte, apresentamos o primeiro desenvolvimento, por Husserl, de uma teoria alternativa à de Brentano. Concentramos nossas análises nos *Estudos Psicológicos para a Lógica Elementar*, de 1894, em que Husserl chamará atenção para o pressuposto não esclarecido da teoria de Brentano – justamente a ambiguidade do conceito de “representação”;

3) Por fim, indicamos de que modo essa nova teoria de Husserl lança as bases da teoria do preenchimento das *Investigações Lógicas*, de 1900/01, que será responsável por oferecer uma resposta ao mesmo problema diretor de *PA*, mas agora em ambiente fenomenologicamente maduro. Veremos que não obstante tal resposta preserve a problemática intuicionista original, modifica-a em aspectos essenciais.

1- O PROBLEMA DO CONHECIMENTO NÃO-INTUITIVO NA FILOSOFIA DA ARITMÉTICA (1891)

1. 1.1- A aritmetização da análise e a clarificação dos números imaginários

A *Filosofia da Aritmética* é mais uma obra a perseguir o “*desideratum* dos séculos”, qual seja, uma “verdadeira filosofia do cálculo” (HUSSERL, 1970, p. 7). Como enfatiza Hill, Husserl se encontrava no período e no lugar certos para se lançar a investigações dessa natureza, tendo podido testemunhar pessoalmente os principais debates matemáticos os quais Russell, Whitehead, Frege e Wittgenstein só puderam absorver documentalente (HILL, 2000, p. 180). Dentre esses debates figuram aqueles relacionados ao problema do infinito, do contínuo e, principalmente, aquele que diz respeito à crise de fundamentos da matemática. É esse último tema que proporcionou um verdadeiro renascimento da disciplina no final do século XIX, sendo um dos seus capítulos mais importantes aquele que diz respeito à fundamentação da *análise* (do *cálculo*) – disciplina matemática que compreende funções limite, integração e derivação. É precisamente nesse capítulo que Husserl concentra os seus primeiros esforços filosóficos.

A abordagem com a qual ele se aproxima do problema de fundamentação do cálculo é aquela que predominava em seu período de estudante em Berlim, cujo teor era bastante diferente daquele estilo mais “formal” e “abstrato” que viria a prevalecer no *mainstream* matemático pouco tempo depois, a partir da influência de Riemann, Dedekind, Cantor e, posteriormente, Hilbert. Seu expoente mais importante era Weierstrass, mentor de Husserl, e sua abordagem “rigorosa” era a marca maior com a qual enfrentava os problemas de fundamentação do cálculo. Em contraste direto com o formalismo abstrato posterior, Weierstrass intentava fundar toda a aritmética no conceito de *número natural*. Com isso, a fundamentação do cálculo seguia um programa de *redução teórica*: redução de todas as leis que regem as operações do cálculo às leis que regem a aritmética formal, sendo esta última fundada no conceito de número. Esse programa ficou conhecido como *aritmetização da análise*.

A aritmetização da análise era um programa conduzido por matemáticos, especificamente aqueles da Escola de Berlim: Weierstrass, Kummer e Kronecker. A despeito de discussões internas quanto a pontos específicos do programa², era ponto pacífico a possibilidade de se explicar toda análise matemática a partir das operações elementares de adição, subtração, multiplicação e divisão. É a consecução desse programa que Husserl colocava como intento último de toda *PA*, originalmente planejada em dois volumes (apenas o primeiro vindo à luz). O poder desse programa está no fato de que, diferentemente de outras disciplinas matemáticas, tais como a geometria, a mecânica analítica ou a física matemática, que se baseiam, em última instância, na *experiência externa*, a análise pura só necessitaria de um único conceito, o de *número*. Este, por sua vez, funda-se não na experiência externa, mas na *interna*. Husserl conta, em uma nota de rodapé, que Weierstrass costumava abrir suas aulas sobre a teoria das funções analíticas com as seguintes considerações: “A aritmética pura (ou a análise pura) é uma ciência baseada única e exclusivamente sobre o conceito de número (*Zahl*). Ela não requer nenhuma outra pressuposição que seja, nenhum postulado ou premissa” (HUSSERL, 1970, p. 12, nota). Em suma, a clarificação do conceito de número deve ser *suficiente* para explicar as operações elementares da

aritmética; essas, por sua vez, devem ser suficientes para explicar toda a análise matemática. É à primeira parte desse projeto – ou seja, à clarificação do conceito de número e das operações elementares da aritmética – que se dedica o primeiro volume, único existente, de *PA*.

Somente essa primeira parte do programa de aritmetização da análise já era, em si mesma, extraordinária. Isso porque nem todas as operações elementares da aritmética resultam em conceitos de igual natureza. Adição e multiplicação resultam em números inteiros positivos, mas a subtração pode resultar em números negativos e a divisão em frações irredutíveis. Ora, mas a aritmetização da análise, conforme ressaltamos, comporta a redução de toda a aritmética a um tipo muito específico de número, qual seja: o número *natural*. Ou seja, número é aquilo que pode ser *computado* – em última instância, o conceito de número deve responder pela pergunta “quanto?”. Significa isto que a matemática tem um domínio de aplicação muito específico: aquele da *quantidade*. Tendo isso em vista, como reduzir números como os negativos ou as frações irredutíveis àquilo que pode ser contado? Em outras palavras, como ainda falar significativamente desses números adequadamente denominados “imaginários”?

A possibilidade de redução dos números imaginários ao conceito de número natural – isto é, àquilo que pode ser contado – é um dos principais desafios que a primeira teoria da representação de Husserl deverá enfrentar. Os maiores esforços de *PA* estão concentrados justamente em fornecer as condições de possibilidade para o tratamento dos números imaginários ainda em termos quantitativos, o que só poderá ser feito de uma única maneira: não através da noção imediata de número, i.e., daquilo que pode ser atualmente computado, mas sim através de sua noção *mediada*, isto é, *simbólica*. Por mais que a noção simbólica de número como solução do problema dos imaginários fosse já contemplada por Weierstrass³, é à teoria das representações impróprias de Brentano que Husserl atribui sua plena compreensão. É por isso que *PA* pode ser lida como a obra de um autor que era, a um só tempo, um matemático da Escola de Berlim e um filósofo do círculo de Brentano (CENTRONE, 2010, p. 5)⁴. Para Weierstrass, a aritmetização da análise era um projeto que deveria ficar a cargo de matemáticos. Para Husserl, uma vez que tal projeto se mostrava como dependente da psicologia descritiva de Brentano – e uma vez que esta pretendia se apresentar como método definitivo da filosofia⁵ –, tal empreendimento era estritamente *filosófico*.

2. 2.1- A fundamentação das operações básicas da aritmética a partir da teoria das representações impróprias

A teoria das representações impróprias de Brentano se baseia na distinção fundamental entre representações próprias e impróprias (simbólicas). Tal distinção é realizada por Husserl, pela primeira vez, no capítulo XI de *PA*:

Uma representação simbólica ou imprópria é, como o nome já diz, uma representação através de signos (*Zeichen*). Se um conteúdo (*Inhalt*) não nos é dado diretamente como aquilo que ele é, senão que apenas indiretamente através de signos que o caracterizam univocamente, então nós temos dele uma representação simbólica ao invés de uma própria (HUSSERL, 1970, p. 193).

Grosso modo, trata-se da distinção entre conhecimento por descrição e conhecimento por visão direta. Como exemplo Husserl nos fala da “aparência exterior de uma casa [...] quando nós realmente a observamos” (HUSSERL, 1970, p. 193). Nesse caso, temos uma representação própria da casa. Já quando alguém nos dá uma *caracterização indireta* da casa, como quando nos dizem: “a casa da esquina em tal e

tal lado de tal rua” (HUSSERL, 1970, p. 193), então temos uma representação simbólica. Ou seja: toda *descrição* (*Beschreibung*) de um objeto intuitivo (*anschaulichen*) “tem a tendência a substituir (*ersetzen*) a própria representação efetiva (*wirkliche*) através de uma representação por signo (*Zeichenvorstellung*) substituída (*stellvertretende*)” (HUSSERL, 1970, p. 194). O que faz com que a representação simbólica da casa possa substituir sua visão direta são as *marcas características* (*Charakteristische Merkmale*) que a descrição nos oferece e a correspondente presença dessas marcas características no objeto mesmo. Assim, qualquer juízo que se faça com a representação simbólica da casa (ou seja, com sua descrição) servirá também para a casa mesma, em função desse elemento comum a ambas, as marcas características.

Husserl acrescenta que as representações próprias e simbólicas estão numa relação correlativa de *equivalência lógica*. Ocorre uma equivalência lógica entre dois conceitos “quando todo objeto de um é também um objeto de outro, e vice-versa” (HUSSERL, 1970, p. 194). A representação simbólica só pode servir de substituta à própria, portanto, porque se encontra em uma relação de equivalência lógica com ela.

A partir dessa distinção, pode-se concluir duas coisas:

(1) A univocidade (*Eindeutigkeit*) da representação simbólica é o que a distingue de uma representação geral, sendo isso uma diferença entre a concepção de Husserl e a concepção de Brentano (HUSSERL, 1970, p. 193, nota); e

(2) O caráter próprio ou simbólico da representação não diz respeito ao objeto, mas ao seu *modo de doação*.

É a relação de equivalência lógica que impede que a representação geral seja uma representação simbólica. Afinal, toda representação geral é equívoca, e se a utilizássemos como representação simbólica, então a relação de equivalência lógica demandaria que um juízo sobre uma representação geral se referisse a todos os objetos abarcados pela sua extensão. Ora, não é essa a função da representação simbólica. Ao invés de pretender valer para todos os objetos que se subsumam a ela de modo *indeterminado*, ela pretende, antes, substituir *univocamente* um objeto qualquer que não se encontra no campo intuitivo. Ademais, é possível realizar um juízo sobre uma representação própria que não seja válido para a representação geral, como quando julgo algo específico a respeito da representação própria “Pedro” que não é válido para a representação geral “homem”. Por isso, “homem”, que é uma representação geral de “Pedro”, não pode servir-lhe de representação simbólica.

O ponto 2 é proveniente da própria definição dos dois tipos de representações. Em suma, uma representação própria equivale ao conhecimento por visão direta, ou *intuição*, e uma representação simbólica equivale ao conhecimento por descrição. Logo, trata-se de conceitos que dizem respeito não às coisas, mas ao modo como essas coisas nos são dadas, sendo, portanto, uma distinção *psicológica*, e não *lógica* (muito menos *ontológica*).

Partindo do conceito de representação imprópria, Husserl poderá se voltar para a clarificação das operações elementares da aritmética de modo a fornecer as bases do programa de aritmetização da análise. Sua estratégia será a elaboração de uma *técnica lógica* que permita *reconectar* números simbólicos, aqueles que não são dados, à intuição. Trata-se, como diz Tillman, de “tornar nossos conceitos simbólicos mais autênticos⁶⁶” (TILLMAN, 2012, p. 149), isto é, mais intuitivos. Essa estratégia deverá seguir os seguintes passos⁷: 1) a *decomposição* de números simbólicos maiores em números intuitivos menores; 2) a *sistematização* dessa prática de decomposição.

Explicitemos essa estratégia a partir de um exemplo. O número simbólico 50, que escapa à intuição, pode ser decomposto em números intuitivos menores. Essa decomposição, por sua vez, deve seguir uma sistematização. Ao elegermos o número 10

como número base do nosso sistema⁸, criando, assim, o sistema decimal, tornamos possível a apreensão do número 50 através de sua decomposição em $10 + 10 + 10 + 10 + 10$ (HUSSLERL, 1970, p. 224). Uma vez de posse do sistema, o cálculo matemático pode ser concebido como um algoritmo para traduzir números não-sistemáticos em números sistemáticos. Se tenho, por exemplo, as simbolizações não-sistemáticas do tipo “dezoito, e quarenta e nove” e “sete vezes trinta e seis”, posso então convertê-las para as simbolizações sistemáticas “seis grupos de dez e sete”, e “dez grupos de dez, e dez grupos de dez, e cinco grupos de dez, e dois”, ou seja, “sessenta e sete” e “duzentos e cinquenta e dois”, respectivamente. Com esses últimos, nós “localizamos essa soma numérica no interior da sequência numérica”, sendo que “*por meio da sequência numérica (Zahlenreihe) o ideal de uma classificação exata e geral dos números é realizada de maneira a mais perfeita*” (HUSSLERL, 1970, p. 261). A primeira tarefa da aritmética passa a ser, portanto, a da redução de simbolizações não-sistemáticas a simbolizações sistemáticas. Essa redução só é possível porque “para cada número não-sistemático corresponde um número sistemático univocamente determinado que é igual a ele, i.e., que simboliza o mesmo conceito próprio de número” (HUSSLERL, 1970, p. 261).

Um último passo é necessário para que o campo intuitivo seja definitivamente conectado ao cálculo aritmético *tal como este é de fato realizado pelos matemáticos*. Trata-se da criação de um sistema de *signos* que servirá para auxiliar nas operações descritas acima. Começa-se por atribuir univocamente um signo a cada um dos números intuitivos anteriores ao número base do sistema. Assim, temos 1, 2, 3... para cada grupo de *um* objeto qualquer, *dois* objetos quaisquer e *três* objetos quaisquer respectivamente, e assim por diante. Ao chegar ao número base, dez, não se cria um novo signo, mas antes se coloca o signo 0 à frente do número 1 para assim indicar que temos uma coleção de dez “uns”. A partir do número de base, 10, todos os demais números são formados a partir dos signos unívocos utilizados para os números intuitivos, o que nos proporciona, por conta da memorização de somente um pequeno número de signos, uma grande economia da atividade psíquica. Por último, convencionou-se um conjunto de signos que designa cada uma das operações do cálculo aritmético (+, -, x...). Disso resulta, finalmente, que a expressão simbólica não-sistemática “quarenta e seis, e trinta e dois” tenha sua contrapartida não-sistemática signitiva em “ $46 + 32$ ” e sistemática em “78”.

Esse sistema de signos nos proporciona um enorme desprendimento do campo intuitivo imediato. Uma vez que compreendemos como funciona a construção de números a partir da base decimal, torna-se possível lidar com grupos de objetos (isto é, números) de difícil apreensão, como 1.567.987. Ou seja, torna-se possível lidar com esses números *mesmo que não se execute sua decomposição em grupos intuitivos menores*. Se, com efeito, sempre que nos deparássemos com números dessa grandeza, tivéssemos de empreender sua decomposição em números menores para que então pudéssemos dele tratar, o discurso aritmético seria lento e nada prático. Por isso, a representação simbólica de um número dessa grandeza não pode depender nem de uma intuição direta, nem de intuições de grupos parciais que o compõem. Antes, precisamos apenas compreender o algoritmo de formação de números maiores a partir dos números bases do sistema para que fiquemos seguros de que, quando lidamos com números dessa grandeza, estamos lidando com signos que correspondem *exatamente* ao número em questão. A única intuição necessária, portanto, é a *intuição dos números de base do sistema decimal de onde os números maiores são derivados*. Assim, se se compreende o processo de formação de grupos maiores a partir dos menores de modo pré-signitivo – isto é, se se compreende como é formado, por exemplo, um conjunto de 20 coisas a

partir da intuição de dois grupos de 10 coisas –, então se torna possível compreender como que, paulatinamente, um grupo tão grande como o representado pelo número 1.567.987 pode ser *idealmente* formado a partir de grupos menores, e isso porque “um paralelismo rigoroso prevalece, aqui, entre o método para a continuação da sequência de *conceitos* numéricos e o método para a continuação da sequência de *signos* numéricos, e isso não meramente em geral, mas antes para cada passo individual” (HUSSERL, 1970, p. 237).

O sistema numérico signitivo *espelhará*, portanto, o sistema numérico conceitual, e é esse espelhamento a condição de possibilidade para que operemos com signos sem nem mesmo pensar sobre aquilo a que esses signos se referem. *Essa referência, no entanto, está garantida.* Uma vez compreendido o procedimento *lógico* do sistema, ou seja, o modo como cada signo numérico corresponde ao número conceitual, e o algoritmo utilizado para a formação de números simbólicos mais complexos a partir dos números intuitivos mais simples, então é *dispensável* que eu realize sempre, atualmente, esse processo de correspondência entre o simbólico e o intuitivo. O sistema signitivo torna-se, *por assim dizer*, autônomo. É aqui que o cálculo aritmético deixa de ser um procedimento “intelectual” e se torna um cálculo *mecânico* cujo objeto mais imediato não é o conceito de número, mas o *signo numérico*, que é um *sucedâneo* (Surrogat) do número. Quando somo $1.345 + 2.143$, por exemplo, posso simplesmente me basear no algoritmo que me diz para somar primeiro as unidades, depois as dezenas, depois as centenas, e finalmente a centena de milhar. Basta que eu decore a tabela de adição para que realize as somas nessa ordem e obtenha, por resultado, o número 3.488. O cálculo será concebido, assim, como “*todo modo regrado de derivação* (Herleitung) *de signos por signos no interior de todo sistema signitivo algorítmico baseado em “leis”* – ou melhor: em convenções – *para combinação, separação, e transformação peculiares ao sistema*” (HUSSERL, 1970, p. 258).

Fica-se plenamente justificada, portanto, a operação aritmética *cega* com signos no lugar dos próprios números. Tal justificativa se baseia no reenvio gradual das operações signitivas ao seu solo fundacional intuitivo. Ainda que tais operações não encontrem respaldo imediato na intuição, tal reenvio se torna possível através de um conjunto de regras que garante 1) a *correspondência unívoca* de cada conceito elementar do sistema a um signo e 2) a *regra para derivação* de novos signos a partir dos signos elementares. Isso fará com que o sistema signitivo *espelhe* o sistema conceitual, isto é, fará com que ele seja uma verdadeira *linguagem simbólica*, e é nesse espelhamento, nesse paralelismo, que residirá a justificação lógica das operações elementares da aritmética em *PA*.

3. 3.1- O fracasso da Filosofia da Aritmética: A crise dos imaginários e a nova concepção de aritmética

Tem-se, assim, concluída a *PA*, por muito tempo considerada uma obra “belamente organizada e, nos pontos principais, um tratado notavelmente claro” (FARBER, 1968, p. 25). A pergunta que Husserl elege nela como norteadora de suas investigações é satisfatoriamente respondida. Essa pergunta é aquela que aparece no final da primeira parte: “Como se pode falar de conceitos que não se tem propriamente? E como não é absurdo que sobre tais conceitos a mais segura das ciências, a aritmética, deva ser fundada?” (HUSSERL, 1970, p. 192). A resposta está em uma concepção de representação simbólica que é, na segunda parte, justificada de modo consequente. Como diz Silva, o raciocínio simbólico é ali justificado “apelando para a idealização

que garante que para *qualquer* computação simbólica existe uma construção intuitiva que *poderia*, se abstraímos de nossas limitações mentais inessenciais, fornecer suporte intuitivo” (SILVA, 2000, p. 434). O simbólico é, portanto, em *PA*, mera marca da finitude, e seria dispensável caso fôssemos providos de um aparato psicológico capaz de contemplar intuitivamente o todo – o que permanece como possibilidade ideal, já que é justamente a tradutibilidade do simbólico no intuitivo o que preserva a racionalidade deste último.

Mas nos lembremos de que um dos maiores desafios desse primeiro volume de *PA* é fornecer as condições de possibilidade para se tratar os números *imaginários*, como os negativos e as frações irredutíveis, ainda em termos quantitativos. Isto é, tais números não devem escapar ao esquema de justificação do simbólico que expusemos acima. Assim, eles devem ser *idealmente* passíveis de recondução ao ato de enumerar unidades – isto é, devem ser passíveis de recondução, ainda que ideal, à *intuição*. É essa abordagem que ainda Weierstrass dispensava ao problema dos números imaginários, e o que Husserl tenta levar a cabo em *PA* nada mais é, portanto, que a solução weierstrassiana para o problema. Para Weierstrass, com efeito, “o conceito verdadeiro de ‘imaginário’ consiste somente no fato de que tais formas de número referem a uma operação que não é realizável enquanto não estendermos o domínio de número” (HUSSERL, Ms. Q 3, p. 4, apud IERNA, 2006, p. 39). Como explica Ierna, “Weierstrass pensa que o problema de aplicar operações (definidas para números inteiros) a números imaginários poderia ser resolvida estendendo a matemática para essas novas áreas e redefinindo as operações de modo a torná-las aplicáveis às novas formas numéricas” (IERNA, 2006, p. 40). Somente assim os números imaginários poderiam ter não só um sentido simbólico, mas *real*. Seguindo nessa mesma direção, Husserl estará apto, a partir dos resultados de *PA*, a construir um sistema numérico formal que abarque os números imaginários e garanta sua aplicabilidade.

Isso, porém, mostra-se impossível. Em uma carta a Stumpf, escrita quando *PA* já possuía cerca de 200 páginas prontas (correspondentes ao primeiro volume, publicado) e cerca de 150-200 a preparar (correspondentes ao segundo volume, nunca publicado) (HUSSERL, 1983, p. 244), Husserl confessa:

A opinião pela qual eu ainda era guiado na elaboração da minha *Habilitationsschrift*, de que o conceito de número cardinal (*Anzahl*) forma o fundamento da aritmética geral, provou-se logo falsa. [...] Por meio de nenhum artifício, por meio de nenhum “representar impróprio” pode-se derivar os números negativos, racionais, irracionais, e os muito números complexos do conceito de número cardinal. (HUSSERL, 1983, p. 245).

Isto é: os números imaginários *não se deixam justificar pelo esquema de PA*. Sua tradutibilidade ideal é irrealizável. Não se trata, com os imaginários, de um mero simbolismo por finitude, mas de um simbolismo *por princípio*. Os imaginários não podem ser compreendidos ao modo de meras “representações impróprias”. Ou seja: seu caráter simbólico não diz respeito meramente ao seu “modo de doação”; como se eles pudessem, em um mundo possível, ser dados intuitivamente. O instrumental analítico da psicologia descritiva de Brentano simplesmente não dá conta de justificar os números imaginários, o que mostra que a assunção inicial de que o desenvolvimento de sua teoria das representações impróprias pudesse servir de base fundacional para toda a aritmética está errada – o que, em última instância, representa um fracasso na realização do primeiro projeto filosófico de Husserl.

A virada que o reconhecimento desse erro de base representa é enorme. Mais adiante na carta a Stumpf, Husserl revela sua nova compreensão de aritmética:

A arithmetica universalis não é nenhuma ciência, mas antes um segmento da lógica formal. A lógica formal ela mesma eu definiria como uma arte dos signos (*Kunst der Zeichen*) (etc., etc.) e a designaria como um capítulo especial – e um dos maiores importantes – da lógica enquanto tecnologia do conhecimento (HUSSERL, 1983, p. 248).

Ou seja, a aritmética é agora compreendida não como um processo *real* com quantidades, processo que devido apenas a nossa limitação cognitiva é realizado de modo simbólico. Não: a aritmética é, na verdade, um processo *essencialmente simbólico*, em que o fundamental não é o conceito de número, mas o próprio algoritmo para derivação de signos a partir de outros signos. Significa isso uma adesão de Husserl ao programa extensionalista, de cunho nominalista e formalista, que é justamente uma das motivações iniciais para as “investigações lógicas” de *PA*? A impossibilidade da elaboração de uma semiótica que se volta para a legitimação da substituição integral de processos reais por processos simbólicos – objetivo último de toda a obra – significa o abandono completo da ideia de uma semiótica? Absolutamente. Husserl continuará nas antípodas das teorias nominalistas de um Helmholtz, que se satisfaz com a consideração da aritmética enquanto operação puramente simbólica⁹. A compreensão da aritmética como um algoritmo de dedução, como teoria pura de operações, não obsta a, e nem nos exime da, investigação da *lógica* de tal algoritmo, da *lógica* de tal teoria. O desafio, agora, é a consecução de uma tal lógica levando-se em conta que nem todo simbolismo é simbolismo por finitude, isto é, levando-se em conta que a teoria das representações impróprias não esgota a extraordinária presença do simbólico no nosso pensamento. Há muito mais que mero simbolismo por finitude, por limitação cognitiva, no nosso conhecimento.

Essa mudança de concepção da aritmética – primeiro como ciência do número, depois como algoritmo puramente formal – representa, para Husserl, uma *nova direção do olhar*. Para que o discurso sobre os imaginários tivesse sentido e se enquadrasse no esquema semiótico de *PA*, era necessário que ele designasse alguma coisa, pois que tal esquema significava justamente que *tudo* que é simbolizado no algoritmo designa algo que não está sendo realizado de modo efetivo e atual. Só lhes restava, assim, atuar como substitutos de “objetos impossíveis”. Agora, porém, com a admissão do cálculo matemático como parte da lógica formal e a subsequente autonomia do algoritmo, não é mais necessário se aventurar em uma complicação na estrutura do objeto. Antes, é *o próprio símbolo que vai determinar o direito de se falar de tal ou tal objeto*. Ou seja, o foco está agora na *conteúdo*, não no *objeto*. A atenção deve-se voltar ao *símbolo que possibilita o objeto*, e não a um suposto objeto que corresponderia de antemão ao símbolo. Não uma complicação na estrutura do objeto, portanto, mas *do conteúdo*. É por isso que a adoção de uma compreensão do algoritmo simbólico como autônomo face àquilo que ele designa caminha junto com uma concentração das investigações de Husserl na *estrutura dos conteúdos da consciência*. Uma coisa é impossível sem a outra. Ou seja, para uma investigação *lógica* do cálculo, agora, é absolutamente indispensável um estudo complementar de *clarificação da experiência consciente de signo*. É nesta última tarefa que a fenomenologia enquanto disciplina autônoma concentrará seus esforços.

Com isso explica-se porque Husserl diz, na introdução a *PA*, que os resultados da primeira parte da obra – aquela que se concentra na análise do conceito de número quanto à sua origem e conteúdo – é independente da teoria que se adote com respeito à fundação da aritmética¹⁰. Quer o algoritmo simbólico da aritmética seja uma linguagem simbólica paralela ao cálculo real com números “reais”, quer seja um algoritmo puro autônomo, as análises referentes à consciência de número continuam tão intactas quanto

necessárias¹¹. Com efeito, é justamente *este* tipo de análise que ocupará os esforços de Husserl até o fim. O tema da fundamentação da matemática só voltará a ser tratado brevemente no §72 de *Ideias para uma Fenomenologia Pura* e no capítulo 2 da primeira parte de *Lógica Formal e Transcendental*¹². É por isso que em seu trabalho derradeiro, *Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental*, essas análises referentes à estrutura da experiência consciente são erigidas ao posto de *ciência fundamental* que está pressuposta, tacitamente, em todo o edifício formal da lógica:

A pretensa lógica inteiramente autônoma que os lógicos modernos acreditam poder elaborar – até mesmo sob o título de uma filosofia verdadeiramente científica – a saber, como a ciência universal *a priori* fundamental para todas as ciências objetivas –, não é mais do que uma ingenuidade. [...] Esta lógica não pode se transformar numa ciência até que exista esta radical ciência fundamental. Antes disso, ela paira sem fundamento no ar e é, como até aqui, tão ingênua que nem sequer se apercebe da tarefa que incumbe a qualquer lógica objetiva, a toda a ciência apriorística em sentido habitual: a saber, pesquisar como ela própria se deve fundamentar, ou seja, fundamentar não mais “logicamente”, mas por meio de uma recondução até o *a priori* universal pré-lógico, a partir do qual todo o lógico, o edifício completo de uma teoria objetiva revela, segundo todas as suas formas metodológicas, o seu sentido correto, pelo qual, então, se deve unicamente também reger toda a lógica. (HUSSERL, 1954, p. 144).

Ora, as raízes dessa compreensão madura acerca da relação entre as duas ordens de interesse – uma fenomenológica, outra lógica – se encontra em germe no texto da *Sobre a Lógica dos Signos (Semiótica)*, planejado como apêndice à *Filosofia da Aritmética*. Nas suas considerações finais, neste texto, a respeito de uma *lógica* das representações e juízos simbólicos, Husserl diz:

Investigações do tipo como as que fizemos atrás sobre a atividade judicativa natural e prática, teriam de constituir naturalmente um fundamento para essas investigações superiores. Com efeito, um processo lógico não é de modo algum, face ao processo natural correspondente, diferente *toto genere*. Ambos fazem uso das leis psicológicas da nossa natureza e, em grande medida, das mesmas (HUSSERL, 1970, p. 365).

Isso quer dizer que uma correta teoria da experiência consciente é necessariamente o fundamento de investigações de níveis superiores. Por isso, o que essa “nova direção do olhar” primeiramente demanda é a superação da teoria das representações impróprias de Brentano. Isso, por sua vez, demanda uma superação da concepção brentaniana *geral* de “representação”. Os primeiros esforços de Husserl nessa direção se encontram condensados em um pequeno tratado de 1894 intitulado *Estudos Psicológicos para a Lógica Elementar*. A ele nos voltaremos a seguir.

2- A RECONFIGURAÇÃO DO PROBLEMA DO CONHECIMENTO NÃO-INTUITIVO A PARTIR DE 1894

2. 2.1- O pressuposto não esclarecido da teoria das representações impróprias: a equivocidade do conceito de representação de Brentano

Essa “nova direção do olhar” com respeito ao problema do conhecimento não-intuitivo significa, resumidamente, não mais se aventurar em teorias que levem em

conta *objetos* “impossíveis” ou “inexistentes”, mas de assegurar a validade dos símbolos imaginários *unicamente através daquilo que é impossível de se negar*, a saber, os próprios símbolos imaginários e seu uso no cálculo. Ou seja, deve-se fazer abstração dos prejuízos com respeito a *que* esses símbolos corresponderiam na realidade – isto é, que tipo de *objeto* seria um número “imaginário” – e, com o que resta dessa abstração, só então perguntar o *que* é um símbolo imaginário. Ora, mas dadas essas restrições, o que resta? O que é um símbolo imaginário se não se pode recorrer a nada que lhe corresponda? Precisamente isto: símbolos imaginários, isto é, *este conteúdo da consciência* que tenho quando emprego símbolos imaginários. Ao invés de se aventurar no indubitável *objeto* imaginário, firmemo-nos na certeza do *conteúdo* da consciência do símbolo imaginário.

Essa lenta retrotração do objeto para o conteúdo, do mundo para a consciência, é o motivo de fundo da nova teoria da representação apresentada nos *Estudos Psicológicos para a Lógica Elementar*, de 1894 (doravante *Estudos*). Neste texto, o principal objetivo de Husserl é a desambiguação do conceito de *representação* (*Vorstellung*). Com efeito, a teoria brentaniana das representações impróprias esposada em *PA* funcionava sob o pressuposto de uma definição não-problemática de representação. Essa definição encontra-se explicitada em *Psicologia do Ponto de Vista Empírico*. Nessa obra, Brentano sustenta que “por representação eu não entendo o que é representado, mas antes o ato de representação” (BRENTANO, 1924, p. 111). Como exemplos nos são oferecidos atos de ver, ouvir, imaginar, ou ler algo. Assim, se vejo algo, “uma cor é representada”; se escuto algo, “um som é representado”; se imagino algo, “uma imagem na fantasia é representada”, quando “ouço e entendo um nome, tenho uma representação daquilo que é designado”, uma vez que “o propósito dos nomes é evocar representações” (BRENTANO, 1925, p. 34). A partir desse conceito extremamente plástico de representação, que, nessa acepção, significa tanto quanto aparecer, define-se a consciência como a *aparição de um objeto imanente*, o que significa o mesmo que a *representação de um objeto imanente*. Os demais atos da consciência que não os representativos serão todos secundários a essa forma primitiva da consciência de se relacionar a algo de modo objetivo. É assim que no juízo necessito antes ter *representado* o objeto a ser julgado e nos atos da esfera do sentimento necessito antes ter *representado* o objeto a ser amado ou odiado.

Se Husserl adotava sem maiores problemas essa concepção de representação em suas análises de até então, agora verá como um grande risco de inconseqüência a subsunção de fenômenos tão distintos como os enumerados por Brentano sob o gênero unitário “representação”. No espírito do apelo do próprio Brentano de que “a experiência nos mostra que a equivocação é um dos maiores obstáculos para reconhecer distinções” (BRENTANO, 1924, p. 119), Husserl reconhecerá uma equivocidade perigosa no conceito. Em Brentano, a diferença entre a representação simbólica ou intuitiva do objeto subsumia-se ao gênero conceitual unitário da “representação”: falava-se, afinal, de *representação* própria e *representação* imprópria. Agora, Husserl verá que tal distinção deve ser *anterior* à própria fixação do conceito de representação. Assim, a distinção entre o simbólico e o intuitivo se mostrará dependente de uma desambiguação e clarificação anterior do conceito de base sobre o qual ela se assenta. Trata-se de efetuar um passo atrás para focar naquilo que atuava como pressuposto não esclarecido. Somente assim será possível obter maior clareza sobre a distinção em questão e trilhar novas vias para abordar o problema do conhecimento não-intuitivo.

3. 3.1- Intuição (*Anschauung*), representação (*Vorstellung*) e re-

apresentação (Repräsentation)

É na segunda parte dos *Estudos* que Husserl se dedicará à desambiguação do conceito de representação, o que será feito a partir da distinção entre intuição (*Anschauung*) e re-apresentação (*Repräsentation*). Husserl inicia com uma delimitação do conceito de representação própria, agora claramente identificado com o de *intuição*, e segue a compreensão do senso comum da percepção externa para sua ilustração: “intuição, em seu sentido original, é o ver (*das Sehen*) e, portanto, a percepção de objetos visíveis” (HUSSERL, 1979, p. 101). Em *PA*, com efeito, ao tratar das representações próprias, não se contava com qualquer ulterior explicitação do ato de intuição, passando por alto sua tematização. Agora, Husserl chamará atenção para esse “sentido popular de intuição” – justamente seu sentido original que compreende a percepção de objetos visíveis – e atentará para o fato de que “nem tudo o que nós, na observação não-reflexiva, consideramos perceber é, de fato, percebido” (HUSSERL, 1979, p. 101). Considere-se, e.g., o caso da intuição de um teatro, que nada mais é que a efetiva representação do que a frase ‘nosso teatro’ significa a qualquer momento (HUSSERL, 1979, p. 102). Se não vejo o teatro, ele pode apenas ser “designado, determinado ou substituído por um sucedâneo através de uma representação conceitual ou imagética” (HUSSERL, loc. cit.). Até aqui seguimos o roteiro de *PA*, sendo a contraposição entre o teatro visto e o teatro significado por um sucedâneo justamente aquilo que demarcava a distinção entre representação própria e simbólica. Em seguida, porém, Husserl chama atenção para aquele excedente intrínseco à percepção não-reflexiva, sublinhando que “somente uma pequena parte daquilo que nós aqui acreditamos intuir é realmente intuído” (HUSSERL, loc. cit.). Isto é, apenas intuimos *aspectos parciais* que coexistem na coisa mesma. Assim, a intuição do teatro é, na verdade, a intuição de *um aspecto* do teatro (digamos, sua frente), e não do teatro como um todo. Há que se distinguir, portanto, entre “o conteúdo (*Gehalt*) intuitivo da representação perceptiva de seu conteúdo completo, intencionado” (HUSSERL, loc. cit.). Os lados do teatro que não vejo no momento são, assim, não intuídos, mas *intencionados*. A percepção comum só pode ser dita “intuição”, portanto, “se um interesse especial, e.g., um interesse psicológico, volta-se sobre o conteúdo (*Inhalt*) presente momentâneo, como a vista de um lado de uma coisa, tal qual ele é” (HUSSERL, 1979, p. 103). Nesse caso dizemos que temos uma intuição “*com relação a esse conteúdo dado momentaneamente*” (HUSSERL, loc. cit.).

Esse conteúdo dado Husserl chama de *conteúdo imanente*. O primeiro par que se forma com a análise da percepção externa, portanto, é entre conteúdo imanente e conteúdo completo, intuição e intenção. Temos, assim, um primeiro afastamento que a análise psicológica nos proporciona da “consciência ordinária”, uma vez que esta pensa ter uma intuição da coisa mesma objetiva em apenas *um* ato, como que imediatamente, e logo vemos que isso se trata de “uma mera ilusão” (HUSSERL, loc. cit.). Na verdade, essa complexidade unitária a qual denominamos “coisa” é, em um ato simples, apenas *intencionada*, uma vez que é da própria estrutura legal da experiência do mundo externo que ele se nos dê em perspectivas, e nunca em totalidade. *A perspectiva* em si – isto é, aquele aspecto da coisa ao qual estou direcionado em um instante dado – é intuída, e é ela que Husserl denomina conteúdo imanente do ato.

Essa primeira aproximação do instrumental analítico com o qual Husserl efetuará suas descrições da estrutura dos conteúdos da consciência já nos oferece uma pista do novo prisma sobre o qual o problema do conhecimento não-intuitivo será colocado daqui para a frente. Antes, partia-se da constatação de que muitos conceitos não nos são dados e se perguntava pela sua possibilidade de doação. Essa constatação,

todavia, tomava como óbvia e não problemática a separação entre o dado e o não dado. Agora, é justamente essa separação que se torna problemática e que é objeto de análise¹³.

A partir dessa concepção de intuição, Husserl poderá finalmente operar a desambiguação do conceito de representação. O que levava a sua ambiguidade era justamente a compreensão de que as distinções referentes à percepção externa, calcadas na inter-relação e co-dependência entre *intenção* e *intuição*, eram consideradas distinções relativas a *um único tipo de vivência*, nomeadamente a vivência “representação”. Seguindo esse caminho, concluíam-se facilmente que um ato que se direciona “representativamente” a um objeto era um ato que obedecia às leis ditadas *pelo próprio objeto*. Assim, se se vê uma coisa exterior, era evidente que essa coisa só podia ser vista através de perspectivas, pois de outro modo uma coisa exterior não se deixa doar; se se vê um quadro, aquilo que me permitia identificá-lo enquanto uma imagem pintada ao invés de uma coisa “real” também me era dado pelo próprio sentido do “ser quadro”; se se lê uma frase, a capacidade dessa frase de “evocar representações”, para falar com Brentano, também era atributo específico dessas palavras, fazendo parte do próprio sentido de seu ser. Tudo isso eram especificações devidas aos tipos de objetos que podiam ser “representados” e não comprometiam, portanto, a unidade desse conceito genérico. Pois bem, doravante Husserl rejeitará completamente essa concepção. Agora, não se trata mais de uma vivência única – a representação – que se dá desse modo ou de outro de acordo com a especificidade do objeto representado, senão que de *vivências completamente distintas*, isto é, de atos completamente diferentes *em gênero*. Esses atos serão distinguidos a partir da relação entre o ato e seu conteúdo imanente: “certas vivências, em geral chamadas ‘representações’, têm a característica peculiar de não incluir seus ‘objetos’ nelas mesmas como conteúdos imanentes (e, assim, como presentes na consciência)” (HUSSERL, 1979, p. 108). Tais vivências são agora denominadas *re-presentações* (*Repräsentationen*). Em contraste com elas temos outras vivências, “igualmente chamadas ‘representações’ na linguagem de muitos psicólogos, que não meramente intencionam seus ‘objetos’, senão que os *captam* (*fassen*) *realmente nelas mesmas* como seus conteúdos imanentes” (HUSSERL, 1979, p. 109). Tais são as intuições (*Anschauungen*).

É a relação do conteúdo imanente com o ato, portanto, que encetar a desambiguação do conceito de representação. Se o objeto é visto no próprio conteúdo imanente do ato, então temos um ato intuitivo; se, ao contrário, o objeto escapa ao conteúdo imanente do ato, então temos um ato re-presentativo.

É aqui que se elimina qualquer possibilidade de tirania do dado. Aos poucos Husserl vai se conscientizando do *primado da ausência* na vida consciente. A teoria da re-presentação nos mostra que a consciência não se deixa reduzir a uma profusão de sensações, mas se mantém *autônoma* frente à multiplicidade variegada dos conteúdos sensíveis. Isso se deixa ver claramente na tese apresentada na seção 5 que Husserl dirá se tratar da “tese mais importante” dos *Estudos*. O título da seção nos diz qual é essa tese: “com respeito ao seu conteúdo imanente, a re-presentação não é uma intuição, mas antes um novo modo de consciência” (HUSSERL, 1979, p. 114). Ou seja, o que determinará o signo *enquanto signo* não diz respeito a qualquer tipo de conteúdo, mas antes *à própria consciência*, despida de qualquer sensação. Assim, é uma mudança na própria consciência que determinará uma mudança *no objeto*. O deslocamento do foco de Husserl do objeto para a consciência fica agora completamente realocado. Se antes, já na tarefa de desambiguação do conceito de representação, Husserl pôde dizer que as diversas modalidades da consciência representativa não são determinadas pelo tipo de

objeto, agora poderá ir ainda mais longe e dizer que é *o ato* que é o responsável pelo grau de intuitividade do conteúdo imanente.

O exemplo utilizado por Husserl para ilustrar esse poder da consciência é o dos arabescos. Certos arabescos aparecem para a consciência. Num primeiro momento, contemplamos suas formas e temos, assim, uma intuição estética. Abruptamente nos apercebemos se tratar de signos que designam qualquer coisa, que intencionam qualquer coisa. Nesse caso, não apenas a consciência mudou, passando de uma contemplação estética para uma compreensão do sentido dos arabescos, mas também *o estado de coisas se altera*: os arabescos deixam de ser meras figuras e se tornam *palavras*. Trata-se do mesmo conteúdo sensível, os mesmos arabescos – todavia, a alteração do *ato consciente* direcionado ao conteúdo lhe confere um novo *status* de objetividade. Reforce-se que “nem mesmo um juízo de um só termo como ‘um signo!’ ou ‘um símbolo!’ interveio” (HUSSERL, 1979, p. 115); a mudança é imediata e não-reflexiva. O mesmo ocorre, diz-nos Husserl, quando, em uma conversação, deixamos de viver na compreensão do que é dito para atentarmos ao timbre de voz de quem está falando.

Conclui-se, assim, que “uma nítida distinção descritiva concernente ao modo de consciência (do ‘ter em mente’ do envolvimento psíquico) separa re-presentações de intuições” (HUSSERL, 1979, p. 115). É a consciência que determina, agora, o caráter “próprio” ou “impróprio” daquilo que é dado. Essa determinação, todavia, não diz respeito somente ao aspecto subjetivo, mas também *ao objetivo*. Ou seja, se apreendo tal conteúdo imanente de tal ou tal modo, não se trata apenas de modos distintos de se apreender *a mesma coisa*, e sim de determinar *diferentes coisas* a partir de *diferentes apreensões*. Com uma nova apreensão, tenho consciência de *um novo objeto*: o som se torna palavra, o arabesco se torna algo escrito – em suma, “correlata a uma mudança no lado do sujeito, há uma mudança no lado do objeto” (BOER, 1978, p. 16).

3- Conclusão: O nascimento da ideia de análise correlativa e a formulação propriamente fenomenológica do problema do conhecimento não-intuitivo a partir de 1900/01

A importância dos *Estudos* para que se compreenda a evolução do problema do conhecimento não-intuitivo na filosofia de Husserl é enorme. Como diz De Boer, é neste texto que vemos “o nascimento do conceito de ‘constituição’ compreendido como ‘doação de sentido’, o que torna a análise correlativa, ao menos em princípio, possível” (BOER, 1978, p. 16).

A possibilidade da análise correlativa coloca sobre novas bases a problemática sobre a possibilidade do conhecimento não-intuitivo. Antes, no período de *PA*, buscava-se por uma *propriedade intrínseca ao real* para que a possibilidade do conhecimento não-intuitivo fosse assegurada. Seguia-se basicamente o seguinte roteiro: o não-intuitivo pode ser conhecimento porque aquilo que é – o real –, é passível de simbolização. Assim, o “poder ser simbolizado” era tido como uma propriedade do real, sendo o que em última instância legitimava o discurso formal que opera não com o real, mas com o algoritmo. Ou seja, o algoritmo era legítimo simplesmente porque ele nada mais era que o próprio real – apenas que simbolizado. Uma vez que os números imaginários provaram não se encaixar nesse esquema – depois de mostrada sua impossível redução a um mero “real” anterior que foi simbolizado –, Husserl se vê obrigado a abandonar essa via. É então que a pergunta é recolocada: não se trata mais de partir de uma suposta propriedade intrínseca do real, mas de se estabelecer que *a própria possibilidade do conhecimento do real depende do sujeito*. É um total deslocamento da questão: o problema agora é aquele do *acesso* ao real por parte do

sujeito, e não da possibilidade desse real se tornar símbolo.

Esse deslocamento só pôde ocorrer por conta de um recuo de Husserl àquilo que é *certo*. Ora, o que é certo é o que é *dado*. Logo, deve-se explicitar o não dado a partir do que é *efetivamente* dado (o conteúdo de consciência “símbolo”), e não a partir do que é *presumivelmente* dado (o objeto a que corresponderia o símbolo). Husserl, todavia, não se limitará a abstrair o dado de sua “interpretação”, o que o colocaria no partido dos formalistas. Antes, seu foco será justamente compreender o que faz com que um simples dado, mediante uma interpretação, possa se referir a algo outro que ele mesmo (isto é, a algo não dado). Se os formalistas desconsideram a interpretação, Husserl quer justamente compreender *em que consiste* essa interpretação. Como diz Willard, não podendo se juntar aos formalistas,

a resposta que Husserl adota [...] é que devemos nos voltar à meticulosa análise da própria ‘substância’ da mente e seus atos mentais com seus componentes. Devemos examinar a mente mesma se queremos compreender como ela trabalha – através de algoritmos ou de outro modo – para alcançar conhecimento” (WILLARD, 1994, p. XXIX).

Os *Estudos* mostram com bastante clareza de que modo a intuição é dependente de uma dinâmica que tem lugar *no interior dos atos*, mais especificamente das leis que governam tipos muito específicos de atos. Com isso, esse pequeno tratado já oferece a maior parte das categorias analíticas com as quais Husserl poderá desenvolver sua teoria do preenchimento na 6ª Investigação Lógica, teoria que será responsável por oferecer enfim uma resposta ao problema do conhecimento não-intuitivo já em ambiente fenomenológico maduro.

Chegamos, assim, à forma que a problemática intuicionista assume no tratamento propriamente fenomenológico das *Investigações Lógicas* em diante. Essa forma nos fornece uma das ideias mais importantes da filosofia de Husserl, aquela responsável pela ruptura definitiva com o ideal empirista de conhecimento, a saber: a ideia de que *não há um dado absoluto*. O conteúdo re-presentativo não está aí simplesmente dado, disponível enquanto símbolo, imagem ou enquanto objeto perceptivo, senão que sua doação como símbolo, imagem ou percepção é dependente do dinamismo da vida intencional, isto é, de sua apreensão pelo ato. O teor intuitivo de um ato não é uma propriedade das coisas, mas um produto da atividade da consciência. Consciência e mundo fenomênico estão em imbricação absoluta.

É na 6ª Investigação, com as descrições sobre a unidade de identidade, a relação de recobrimento (*Deckung*), o preenchimento etc., que Husserl oferecerá sua primeira resposta ao problema do conhecimento não-intuitivo agora a partir de seu novo instrumental teórico. Ao mostrar, ali, que o conhecimento não é senão um ato sintético de *re*-conhecimento do *mesmo* objeto significado e intuído, a chave para essa resposta que se fundará nas *disposições* daquilo que é dado à consciência. Para dizê-lo com o próprio Husserl:

Cada percepção e imaginação é um emaranhado de intenções parciais, fundidas na unidade de uma intenção de conjunto. O correlato desta última é a *coisa*, ao passo que os correlatos daquelas intenções parciais são *partes e momentos da coisa*. Só assim deve ser entendido o modo como a consciência pode ir para lá do verdadeiramente vivido (*das wahrhaft Erlebt*). Ela pode, por assim dizer, visar para lá e o visar pode preencher-se (HUSSERL, 1984, p. 574).

Em suma, se o primeiro intuicionismo de Husserl, aquele da *Filosofia da Aritmética*, buscava a solução para o problema do conhecimento não-intuitivo no recuo paulatino e

sistemático das construções simbólicas à sua fonte originária na intuição, a doutrina do preenchimento das *Investigações Lógicas* apresentará um novo caminho cujo recuo se dará não a um suposto dado intuitivo absoluto, mas antes à *fonte originária da consciência intencional constituinte*.

Numa palavra, a passividade do mundo cede seu posto de fonte última de legitimação do conhecimento para a atividade da consciência.

REFERÊNCIAS

- BOER, Theodore De. *The Development of Husserl's Thought*. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1978.
- BRENTANO, Franz. *Psychologie vom empirischen Standpunkt*. Erster Band. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1924.
- BRENTANO, Franz. *Psychologie vom empirischen Standpunkt*. Zweiter Band. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1925.
- BYRNE, Thomas. Husserl's Early Semiotics and Number Signs: Philosophy of Arithmetic through the Lens of "On the Logic of Signs (Semiotic)". *Journal Of The British Society For Phenomenology*, [s.l.], v. 48, n. 4, p.287-303, 13 mar. 2017.
- CENTRONE, Stefania. *Logic and Philosophy of Mathematics in the Early Husserl*. Dordrecht, New York: Springer, 2010.
- COOPER-WIELE, Jonathan Kearns. *The Totalizing Act: Key to Husserl's Early Philosophy*. Netherlands: Springer, 1989.
- FARBER, Marvin. *The Foundation Of Phenomenology*. New York: State University of New York Press, 1968.
- HARTIMO, Mirja. *Mathematical roots of phenomenology: Husserl and the concept of number*. *History And Philosophy Of Logic*, [s.l.], v. 27, n. 4, p. 319-337, nov. 2006.
- HILL, Claire Ortiz. Husserl on Axiomatization and Arithmetic. In: *Phaenomenologica*, [s.l.], p.47-71, 2010.
- HILL, Claire Ortiz.; HADDOCK, Guillermo E. Rosado. *Husserl or Frege? Meaning, Objectivity and Mathematics*. Chicago: The Open Court, 2003.
- HUSSERL, Edmund. Besprechung von: E. Schröder, Vorlesungen über die Algebra der Logik (Exakte Logik), I. Band, Leipzig 1890 (1891). In: HUSSERL, Edmund. Aufsätze und Rezensionen (1890-1910). Coleção *Husserliana*, XXII. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1979.
- HUSSERL, Edmund. Brief an Stumpf, wohl Febr. 1890. In: HUSSERL, Edmund. Studien zur Arithmetik und Geometrie. Texte Aus Dem Nachlass (1886-1901). Coleção *Husserliana*, XXI. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1983.
- HUSSERL, Edmund. Die Krisis der europäischen Wissenschaften und die transzendente Phänomenologie. Eine Einleitung in die phänomenologische Philosophie. Coleção *Husserliana*, VI. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1954.
- HUSSERL, Edmund. Formale und transzendente Logik. Versuch einer Kritik der logischen Vernunft. Mit ergänzenden Texten. Coleção *Husserliana*, XVII. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1974.
- HUSSERL, Edmund. Logische Untersuchungen. Zweiter Band. I. Teil: Untersuchungen zur Phänomenologie und Theorie der Erkenntnis. Coleção *Husserliana*, XIX/1. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1984.
- HUSSERL, Edmund. Logische Untersuchungen. Zweiter Band. II. Teil: Untersuchungen zur Phänomenologie und Theorie der Erkenntnis. Coleção *Husserliana*, XIX/2. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1984.
- HUSSERL, Edmund. Philosophie der Arithmetik: Psychologische und Logische Untersuchungen. In: Philosophie der Arithmetik. Mit ergänzenden Texten (1890-1901). Coleção *Husserliana*, XII. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1970.
- HUSSERL, Edmund. Psychologische Studien zur elementaren Logik. In: HUSSERL, Edmund. Aufsätze und Rezensionen (1890-1910). Coleção *Husserliana*, XXII. Den Haag:

- Martinus Nijhoff, 1979.
- HUSSERL, Edmund. Über den Begriff der Zahl. Psychologische Analysen. In: HUSSERL, Edmund. *Philosophie der Arithmetik. Mit ergänzenden Texten (1890-1901)*. Coleção *Husserliana*, XII. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1970.
- IERNA, Carlo. *The Beginnings of Husserl's Philosophy*, Part 1: From Über den Begriff der Zahl to Philosophie der Arithmetik. *The New Yearbook for Phenomenology and Phenomenological Philosophy*, V, p. 1-56, 2005.
- IERNA, Carlo. *The Beginnings of Husserl's Philosophy*, Part 2: Philosophical and Mathematical Background. *The New Yearbook for Phenomenology and Phenomenological Philosophy*, VI, p. 33-81, 2006.
- IERNA, Carlo. *The Brentanist Philosophy of Mathematics in Edmund Husserl's Early Works. Essays On Husserl's Logic And Philosophy Of Mathematics*, [s.l.], p.147-168, 2017.
- IERNA, Carlo. Husserl And The Infinite. *Studia Phaenomenologica*, III (12), p. 179-194, 2003.
- MILLER, J Philip. *Numbers in Presence and Absence: A Study of Husserl's Philosophy of Mathematics*. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1982.
- PHILIPSE, Herman. *The Concept of Intentionality: Husserl's Development from the Brentano Period to the Logical Investigations*. *Philosophy Research Archives*, v. XII, p. 293-328, mar. 1987.
- SCHUHMAN, Karl. Representation in Early Husserl. In: LEIJENHORST, C. & STEENBAKKERS, P. (eds). *Karl Schuhmann – Selected Papers on Phenomenology*. Kluwer Academic Publishers, 2005.
- SILVA, Jairo José Da. Husserl's Two Notions of Completeness: Husserl and Hilbert on Completeness and Imaginary Elements in Mathematics. *Synthese*, v. 125, n. 3, p. 417-438, dez., 2000.
- TILLMAN, Micah D. *Husserl's Genetic Philosophy of Arithmetic: An Alternative Reading*. *American Dialectic*, v. 2, n. 2, p. 141-190, 2012.
- WILLARD, Dallas. Translator's Introduction. In: HUSSERL, Edmund. *Early Writings in the Philosophy of Logic and Mathematics*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1994. Pp. VII-XLVIII.
- WILLARD, Dallas. Husserl's Critique of "Extensional" Logic: "A Logic That Does Not Understand Itself". *Idealistic Studies* v. 9, n. 2, p. 143-164, 1979.
- WILLARD, Dallas. *Logic and the Objectivity of Knowledge: A Study in Husserl's Early Philosophy*. Ohio: Ohio University Press, 1984.
- WILLARD, Dallas. Husserl on a Logic that Failed. *The Philosophical Review*, LXXXIX, n. 1, p. 46-64, jan. 1980.

NOTAS

- 1 Ver Boer (1978, p. 79).
- 2 Como o debate entre Weierstrass e Kronecker sobre método infinitários. Kronecker defendia que somente números naturais existiam realmente. Por isso, números irracionais deveriam ser simplesmente banidos da aritmética geral. Ver, a esse respeito, Hartimo (2006, pp. 322-324).
- 3 Ver, a esse respeito, Ierna (2006, pp. 38-41).
- 4 Ierna (2017, p 148), indica, todavia, que as "influências formativas do primeiro Husserl não podem ser tão claramente separadas em uma via filosófica e uma matemática", e que evidências recentes têm mostrado que "uma filosofia Brentaniana da matemática já tinha lugar quando Husserl começou a trabalhar em sua habilitação e em seu primeiro livro".
- 5 Ver Brentano (1924, p. 30).
- 6 "Autêntico" é uma tradução alternativa para "*eigentlich*", que traduzimos por "próprio".
- 7 No que segue, simplificamos, naturalmente, as análises de Husserl. Para uma reconstrução completa e belamente exposta da solução proposta por Husserl em *PA*, remetemos a Tillman (2012). Não podemos, todavia, concordar com a tese geral de Tillman de que não há ruptura na filosofia da matemática de Husserl, como ficará claro ao longo do nosso

artigo.

- 8 O número base do sistema deve, por óbvio, ser passível de intuição. A primeira parte de *PA* é responsável por fixar o conceito de número natural como um *Inbegriff*: um conjunto determinado de quaisquer objetos. Tal *Inbegriff* é trazido à intuição mediante um ato de segunda ordem denominado *ligação coletiva* (*kollektiven Verbindung*) que destitui os objetos de seus conteúdos específicos e institui a relação puramente formal (de “segunda ordem”) que os converte em *Inbegriffe* (HUSSERL, 1970, pp. 14-96). Um exame exaustivo dessa teoria do número encontra-se em Ierna (2005). Para nossos propósitos, importa tão somente sublinhar que Husserl admite a intuição dos números de base do sistema.
- 9 Ainda na carta a Stumpf, Husserl diz: “cheguei a resultados que harmonizam formalmente com Helmholtz, mas conceitualmente baseados em fundações totalmente diferentes” (HUSSERL, 1983, p. 248).
- 10 “De modo a obter algum ponto de vista provisório sobre o qual trabalhar, escolhemos adotar a primeira das visões mencionadas [a saber, a de que o conceito de número é o fundamento último da aritmética], e conseqüentemente vamos começar com uma análise do conceito de número cardinal a mais acurada possível. Uma decisão definitiva dessa questão não deve, mediante isso, ser de modo algum antecipada. Talvez o progresso de nossos desenvolvimentos no Volume II prove a insustentabilidade da opinião aqui pressuposta. De modo algum isso privaria as análises subsequentes de qualquer valor, pois que *elas são independentes de qualquer teoria aritmética e vale para qualquer uma delas*” (HUSSERL, 1970, p. 12, grifo nosso). Com efeito, Husserl dirá, em *Lógica Formal e Transcendental*, que tais análises são já de cunho “constitutivo” e, por isso, “proto-fenomenológicas” (HUSSERL, 1974, p. 76); isto é, análises que privilegiam o aspecto explicativo-descritivo ante o explicativo-causal.
- 11 O que depõe contra a opinião de Hartimo de que “a mudança na visão da lógica e da aritmética de Husserl resulta em uma mudança na visão de número” (HARTIMO, 2006, p. 326). O trecho citado na nota anterior parece não deixar dúvidas quanto ao fato de que, para Husserl, uma coisa é independente da outra.
- 12 A solução para o problema dos imaginários segundo a nova concepção de aritmética como algoritmo puramente formal é realizada na sua famosa *Doppelvortrag* de 1901, realizada na Sociedade Matemática de Göttingen a convite de Hilbert. Ver *Das Imaginäre in der Mathematik I: Zu einem Vortrag in der mathematischen Gesellschaft in Göttingen 1901*, publicado primeiramente em Husserliana XII, 430-451, e mais recentemente reeditado por Elizabeth Schuhmann e Karl Schuhmann em Husserl *Stuies* 17, pp. 87-123.
- 13 Todavia, nessa sua primeira teoria da intuição, Husserl permanece preso ao prejuízo fundamental do princípio de imanência: o prejuízo lockeano de que “tudo o que é percebido está na consciência” (BOER, 1978, p. 140, nota 34). Segunda essa teoria, a coisa só é intuída se ela, em sua totalidade, tornar-se conteúdo imanente: a intuição visa o objeto imanente, e não a coisa transcendente (HUSSERL, 1979, p. 111). Ou seja, a coisa mesma ainda é algo *toto genere* distinta dos conteúdos imanentes da consciência. Isso significa que por mais que a oposição entre transcendência e imanência, o dado e o não dado, tenha se tornado problemática, ela permanece originária e absoluta. O ponto de partida ainda é a coisa transcendente, que é distinta da consciência e só pode ser intuída enquanto se tornar fenômeno, isto é, conteúdo imanente da consciência. Isso mostra o lugar dos *Estudos* no desenvolvimento da teoria da intuição de Husserl: trata-se de um texto responsável por lançar as novas bases, mas sem levá-las às últimas conseqüências. Somente em *Investigações Lógicas* romper-se-á o prejuízo do princípio de imanência.